



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		UF: RO
ASSUNTO: Consulta acerca do controle de frequência em atividades não presenciais nos cursos técnicos de nível médio		
RELATOR: Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti		
PROCESSO Nº: 23001.000375/2017-11		
PARECER CNE/CEB Nº: 5/2017	COLEGIADO: CEB	APROVADO EM: 9/8/2017

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, relativa à apuração de frequência em atividades não presenciais nos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos no âmbito daquele Instituto.

O tema em análise está regulamentado nos seguintes dispositivos legais:

- Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da LDB.

Nos termos do inciso VI do art. 24 da LDB, **o controle de frequência fica a cargo da escola**, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, **exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação**.

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012, por sua vez, ao tratar da possibilidade de inclusão de atividades não presenciais nos planos de cursos técnicos de nível médio, prevê:

Art. 26. A carga horária mínima de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio é indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, segundo cada habilitação profissional.

*Parágrafo único. Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever **atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso**, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores. (Grifo nosso)*

Pelo exposto, verifica-se que as atividades não presenciais são computadas na carga horária total do curso, sendo, portanto, consideradas horas letivas.

Conforme o disposto no art. 1º do recente Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da LDB, *considera-se Educação a Distância, a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e*

desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Grifo nosso)

Nessa perspectiva, considerando as múltiplas metodologias de desenvolvimento das atividades educativas, no âmbito dos cursos de Educação a Distância, e a possibilidade de utilização das diferentes tecnologias de informação e comunicação atualmente disponíveis, entende-se que as instituições ofertantes de cursos técnicos de nível médio a distância, deverão estabelecer metodologias de apuração de frequência e de acompanhamento de atividades e avaliação do aluno compatíveis com o desenvolvimento do curso.

Cabe ressaltar que, no Decreto mencionado, não há definição relativa ao modo de apuração, controle e registro de frequência das atividades não presenciais, cabendo, portanto, ao regimento das escolas e documentos correlatos, estabelecer o modo de apuração, conforme previsto no art. 24, inciso VI e no art. 12, inciso III, da LDB.

No tocante aos questionamentos trazidos na consulta formulada pelo Instituto Federal de Rondônia, orientamos:

a) É possível considerar/computar como dia letivo aquele reservado às atividades não presenciais/a distância?

Tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 26 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, as atividades não presenciais são computadas na totalidade da carga horária do curso, devendo, portanto, ser consideradas como horas letivas.

b) A mesma regra pode ser aplicada nos cursos de graduação presenciais que têm previsão de atividades não presenciais/a distância?

Os cursos de graduação presenciais possuem normatização própria.

Ao tratar especificamente da frequência de alunos e professores da Educação Superior, o § 3º do art. 47 da LDB prevê a obrigatoriedade da frequência, salvo nos programas de Educação a Distância.

c) É possível aferir presença considerando o desenvolvimento das atividades propostas a serem desenvolvidas a distância?

Conforme o art. 12 da LDB, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, *terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.*

Além disso, o disposto no inciso VI do art. 24 da LDB estabelece que *o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino*”.

Desse modo, caberá à escola observar a legislação pertinente considerando as peculiaridades do nível e modalidade de ensino do curso ofertado.

II – VOTO DO RELATOR

Pelo exposto, considera-se que as horas letivas referentes às atividades não presenciais/a distância devem ser levadas em consideração para fins de controle da frequência nos cursos técnicos de nível médio que prevejam atividades não presenciais no limite de até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, havendo suporte tecnológico e atendimento por docentes e tutores, cabendo à escola dispor em seu regimento e regulamento próprio, a metodologia de apuração da frequência.

Brasília (DF), 9 de agosto de 2017.

Conselheiro Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 2017.

Conselheiro José Francisco Soares – Presidente

Conselheiro Ivan Cláudio Pereira Siqueira – Vice-Presidente